

Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 1363082021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, CNPJ 00.802.002/0001-02 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 8718/2021, Edital nº 2648/2020.

Cod. Mat.: 792774

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 114663/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA**– CNPJ Nº **10.588.595/0010-92** a penalidade de MULTA no valor R\$ 2.483,28 por descumprimento de entrega do material da Autorização de Fornecimento nº 10955/2021 – Edital nº 3144/2020.

Cod. Mat.: 792776

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ERRATA DA NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº001/2021 - de 05/01/2022

A Diretora da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, **ERRATA DA NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº001/2021**, que dispõe sobre **INTERDIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR**, publicada no D.O.E. – SC nº 21.681 de 05/01/2022, na forma seguinte:

ONDE SE LÊ:
DA NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº001/2021

LEIA-SE:
DA NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº001/2022

Os demais itens da referida Notificação permanecem inalterados.

Florianópolis, 06 de janeiro de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

Cod. Mat.: 792880

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA nº 1/2022

A Comissão julgadora do Concurso de Projetos SES/SEANº1 /2021 – SAMU, instituída por meio da Portaria SES nº 1091 de 01 de outubro de 2021, representada neste ato por seu presidente, após análise e discussão de mérito do Recurso Administrativo interposto pela Organização Social Instituto IDEAS, atinente a fase de habilitação do certame e peticionado às fls. 2694-2703 do Processo Administrativo SES 00148618/2021, **DECIDIU**, por unanimidade, **CONHECER PARCIALMENTE** do referido recurso para:

- i) Revisar a decisão de inabilitação do Instituto recorrente, eis que o conteúdo do item 5.5 do edital (Demonstração de Resultados Abrangentes) pode ser aferido pela análise do balanço patrimonial, declarações e demonstrativos contábeis encartados à documentação de habilitação.
 - ii) Oferecer prazo de 05 (cinco) dias úteis ao instituto recorrente para que apresente contrarrazões face a preliminar lançada pelo Instituto IMAS (Item 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO, fls. 2732-2735);
 - iii) Julgar improcedente o pedido de inabilitação da Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON – FAHECE;
 - iv) Não conhecer o pedido de inabilitação do Instituto IMAS por descumprimento do requisito objetivo do edital (item 7.4);
 - v) Oferecer prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação do Instituto IMAS a respeito do suposto não atendimento do item 2.3.3 do Edital, tendo e vista a abertura da Tomada de Contas Especiais deflagrada em seu desfavor no bojo do Processo Administrativo SES nº 23295/2021.
- Florianópolis, 7 de janeiro de 2022.

Diogo Bahia Losso
Presidente

Cod. Mat.: 793030

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA 2/2022

A Comissão julgadora do Concurso de Projetos SES/SEANº1 /2021 – SAMU, instituída pela Portaria SES nº 1091 de 01 de outubro de 2021, representada neste ato por seu presidente, após análise e discussão de mérito do Recurso Administrativo interposto pela Organização Social Instituto IMAS, atinente a fase de habilitação do certame e peticionado às fls. 2704-2722 do Processo Administrativo SES 00148618/2021, **DECIDIU**, por unanimidade, **CONHECER** do recurso interposto para, no mérito, **NEGAR-LHE** provimento. Florianópolis, 7 de janeiro de 2022.

Diogo Bahia Losso
Presidente

Cod. Mat.: 793031

Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

Polícia Civil

PORTARIA Nº 1212/PCSC/DGPC/CORPC, de 16/12/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 003/2021**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 658.545-0, mandada instaurar pela Portaria nº 1050/PCSC/DGPC/CORPC, de 24/11/2020, publicada no D.O.E. nº 21.434, de 12/01/2021, **com efeitos a contar do dia 08/01/2022**.

Alessandro de Sousa Isoppo
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 788757

PORTARIA Nº 1237/GAB/DGPC/PCSC, de 22/12/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 21/2021**, no qual é acusada a servidora de matrícula nº 981.020-0, mandado instaurar pela Portaria nº 1094/GAB/DGPC/PCSC, de 05/11/2021, publicada no DOE nº 21.641, de 08/11/2021, **com efeitos a contar do dia 07/01/2022**.
Marcos Flávio Ghizoni Junior
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 790583

PORTARIA Nº 1238/GAB/DGPC/PCSC, de 22/12/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 22/2021**, no qual é acusada a servidora de matrícula nº 308.114-1, mandado instaurar pela Portaria nº 1095/GAB/DGPC/PCSC, de 05/11/2021, publicada no DOE nº 21.641, de 08/11/2021, **com efeitos a contar do dia 07/01/2022**.
Marcos Flávio Ghizoni Junior
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 790586

PORTARIA Nº 002/SSP/DGPC/GEPLA, DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso IV, do Decreto 348, de 13 de novembro de 2019, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**
Art. 1º - Designar o servidor **LUCIANO DE ARAÚJO** – Matrícula 307.651-2, cargo de Agente da Polícia Civil, para atuar como fiscal do Acordo de Cooperação Técnica nº 2022TN000001, celebrado entre o Município de Sul Brasil e o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, tendo por objeto a "pintura do prédio da Delegacia de Polícia de Sul Brasil", cuja vigência iniciou em 05/01/2022 e encerra-se em 05/01/2023.
Art. 2º - Ao fiscal designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria.
Art. 3º - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete à supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução dos acordos de cooperação técnica.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCOS FLAVIO GHIZONI JUNIOR
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 792810

PORTARIA Nº 1052/GAB/DGPC/PCSC, de 27/10/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil Marcos Flavio Ghizoni Junior, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do art. 226 da Lei nº 6843/86 e dos arts. 3º, § 3 e 25 e ss., todos da Lei Complementar 491/2010, resolve **DESIGNAR** os servidores **Gustavo Kaiber**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 658316-4, **Maurício Lombardo Evangelista**, Escrivão de Polícia Civil, Classe V, matrícula 393.351-2 e **Tiago Costa**, Delegado de Polícia de Entrância Especial, matrícula nº 0392514-5-01, todos servidores da Polícia Civil, para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a ser presidido pelo primeiro, que deverá ser concluído, se possível, no prazo de 60 dias, com a finalidade de apurar possível cometimento de infração disciplinar atribuída ao agente D. P., matrícula n. 934646-5-02, Classe III, por ter, conforme apurado nas Sindicâncias Preparatórias n. 242, 243, 244, 245 e 246/2021: **1)** Por ter, em tese, nos dias 22/02/2021, 23/02/2021 e no dia 17/03/2021 se atrasado para o trabalho; se ausentado do expediente; e inserido informações inverídicas em relatório de jornada de trabalho, incidindo nas seguintes transgressões disciplinares: **artigo 208, XV (deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito); artigo 209, VI (faltar a verdade, com má fé, no exercício das funções); artigo 211, III (qualquer ato que manifesta improbidade administrativa no exercício da função pública); 2)** Por ter, em tese, no dia 23/02/2021, prestado mau atendimento ao Sr. Argeu Capistrano e deixado de registrar a ocorrência policial; No dia 16/03/2021, por ter dispensado tratamento descortês para a Sra. Rosely Godoy; No dia 05/04/21, por ter prestado mau atendimento à Sra. Rose-nilda Fernandes Menegasso Ksiozkievicz, e deixado de elaborar o registro de ocorrência; No dia e 26/04/21, ter prestado informações incompletas à Sra. Suelen Alves, vítima de violência doméstica, negando-se a registrar o boletim de ocorrência, incidindo, assim, nas infrações disciplinares do **artigo 208, inciso VIII (agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou desleixo); artigo 208, inciso XV (deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito) e artigo 208, inciso I (falta de urbanidade).** **3)** Por ter, em tese, no dia 04/03/2021, ofendido verbalmente, intimidado com gestos agressivos, perseguindo e desferido um chute na perna do Agente de Polícia Márcio Floro de Oliveira; Por ter, no dia 04/03/2021 e no dia 31/03/2021, sido flagrado sem utilização de máscara de proteção, desrespeitando o Decreto Estadual 562/2020, bem como por ter descumprido determinação do DRP para fixação de cartazes de controle da Pandemia, incidindo, assim, nas infrações disciplinares do **artigo 208, inciso XIV (ofender qualquer pessoa no recinto da repartição); artigo 210, inciso VII (ofensa física em serviço contra policial ou qualquer outra pessoa, salvo em legítima defesa); artigo 208, inciso XV (deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito); e artigo 208, inciso XI (deixar de tratar os superiores hierárquicos e os subordinados, com a deferência e urbanidade devidas).**

Marcos Flavio Ghizoni Junior
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 792919

PORTARIA Nº 1057/GAB/DGPC/PCSC, de 29/10/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil Marcos Flavio Ghizoni Junior, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do art. 226 da Lei nº 6843/86 e dos arts. 3º, § 3 e 25 e ss., todos da Lei Complementar 491/2010, resolve **DESIGNAR** os servidores **Gustavo Kaiber**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 658316-4, **Maurício Lombardo Evangelista** Escrivão de Polícia Classe V, matrícula nº 393.351-2, e **Thiago Costa**, Delegado de Polícia de Entrância Especial, matrícula nº 0392514-5-01, todos servidores da Polícia Civil, para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a ser presidido pelo primeiro, que deverá ser concluído, se possível, no prazo de 60 dias, com a finalidade de apurar possível cometimento de infração disciplinar atribuída ao Agente de Polícia **G. L. de S.**, Classe V, matrícula nº 0303633-2-05, **1)** Por deixar de cumprir as atribuições de seu cargo, previstas no item 44 do anexo IX da Lei Complementar 453/2009, quando em exercício na DPMU de Morro da Fumaça, incorrendo, em tese, na transgressão disciplinar do **artigo 208, inciso XV** (deixar de cumprir na esfera de suas atribuições as normas legais a que está sujeito); **2)** Por não ter recolhido o erário que se encontrava sob sua guarda e responsabilidade, fiança recolhida no APF 103.13.00019, incorrendo, em tese, na transgressão disciplinar do **artigo 210, inciso XIII** (ineficiência desidiosa no exercício de suas funções); **3)** Por não ter recolhido, em conta judicial, o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), que estava sob sua posse e guarda, incorrendo, em tese, na transgressão disciplinar do **artigo 211, inciso I** (lesão aos cofres públicos); **4)** Por ofensa aos princípios da administração pública, ao se valer de suas atribuições para lograr proveito pessoal em detrimento da função pública, incorrendo, assim, na transgressão do **artigo 211, inciso III** (qualquer ato que manifesta improbidade no exercício da função), todos c/c artigo 204 da Lei 6.843/86, EPC.
Marcos Flavio Ghizoni Junior
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 792920